

Caminhos do progresso

Economia

Brasil

Além das grandes polêmicas sobre os caminhos técnicos para sairmos da crise existe uma questão fundamental que não pode ser esquecida: até que ponto a recuperação da economia depende da superação das deficiências tecnológicas de nosso sistema produtivo e qual é o papel do social como condicionante da superação da crise? Mais do que isto, se coloca o problema de como o social poderá ser atendido e, desta maneira, contribuir para o progresso.

Para os que querem enxergar é evidente que não alcançaremos qualquer avanço concreto sem que os dois pólos do problema encontrem solução. Nosso sistema produtivo está atrasado e num mundo em alta competição não é capaz de concorrer eficazmente com outros mercados.

A economia brasileira está atrasada não só do ponto de vista tecnológico, mas também no seu gerenciamento. Esta situação precisa ser revertida sem demora. Do con-

trário, perderemos a corrida pelo futuro.

Esta situação é agravada pelo fato de muitas vezes nossos produtos só serem competitivos no exterior devido à baixa remuneração de nossa força de trabalho. Uma grande parcela da população economicamente ativa trabalha num setor informal, que funciona como uma espécie de reservatório de mão-de-obra, impedindo a efetiva participação dos assalariados no produto global da sociedade e limitando o crescimento dos salários mesmo nos momentos de expansão da economia.

O dinamismo de nossa economia depende fundamentalmente da expansão real do mercado interno, o que significa elevação do poder aquisitivo da população. Muitos colocam este problema em termos de correção das disparidades de renda entre as regiões e os vários segmentos da população. Isto é pertinente à medida em que retrata uma situação de crise, da inten-

sificação de diferenças vividas no atual momento. A questão fundamental, porém, se situa em outro nível.

O problema é de se implantarem mecanismos permanentes que contribuam para a redistribuição da renda cada vez que o progresso tecnológico permita a elevação do nível de produção. Dois caminhos — até certo ponto inconciliáveis — são apresentados como adequados: o da intervenção do Estado, através de salários mínimos ou outros dispositivos; ou o da livre negociação entre empregados e empregadores.

A economia brasileira ainda é regida de forma paternalista, o que poderia provocar uma situação social ainda mais grave se as regras fossem mudadas abruptamente. Somente do livre jogo das forças sociais é que poderemos esperar uma superação do atual estado de coisas. Assim aconteceu nos países hoje de vanguarda, quer sob o ponto de vista econômico quer sob a perspectiva social.